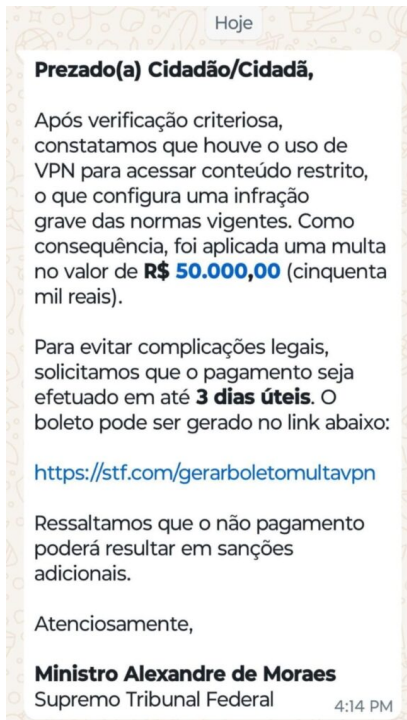


06/09/2024 17:54 - STF alerta para golpe com falsa cobrança de multa



O Supremo Tribunal Federal (STF) alerta sobre falsas comunicações e tentativas de golpes que utilizam o nome ou a marca da Suprema Corte para cobrar o pagamento de supostas multas ou apresentar “ordens judiciais” fictícias.

Essas comunicações têm sido enviadas por e-mail e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, e fazem parte de um tipo de ataque cibernético chamado phishing.

O termo em inglês refere-se a uma estratégia criminosa digital, que se vale de apelos emocionais e psicológicos para manipular as vítimas. Ao receber o conteúdo falso, essas pessoas são levadas a clicar em links de e-mails supostamente enviados por instituições de autoridade e de credibilidade.

Em geral, as mensagens são redigidas em tom alarmante e contêm ameaças de consequências jurídicas graves caso não seja realizada uma ação imediata, como o pagamento de valores. Além disso, são usadas para induzir usuários a revelarem informações confidenciais, como senhas, dados bancários ou outros tipos de informações sensíveis.

Exemplos

O Supremo e o Ministério Público têm sido falsamente usados como “fonte” em golpes de phishing que estão circulando em serviços de e-mail públicos, como Gmail e Hotmail. Os casos relatados pelas vítimas incluem mensagens com o título “Ordem Judicial para”, com a falsa alegação de se tratar de uma ação judicial contra o destinatário.

Como identificar fraudes

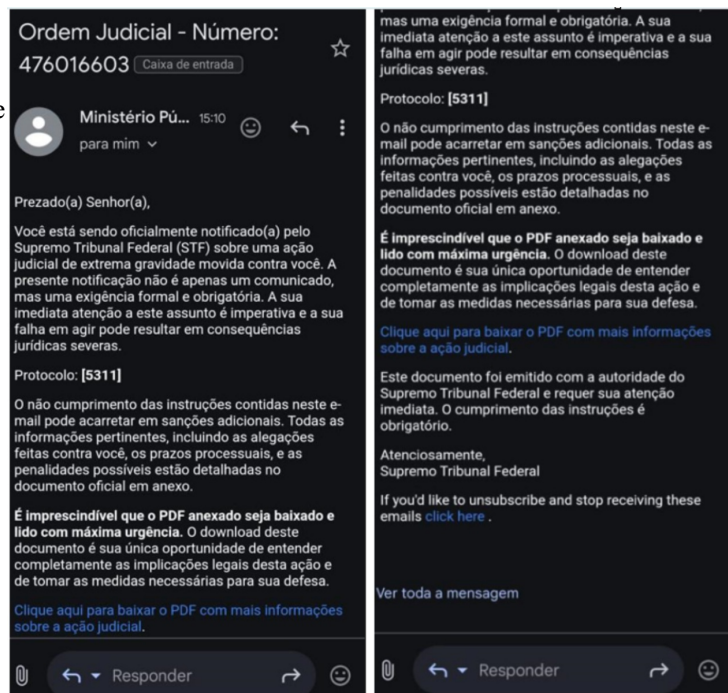
Em caso de solicitações de pagamento, o STF informa que não emite boletos nem solicita transferências bancárias, tampouco requer pagamentos por meios digitais não oficiais.

Outro alerta importante é nunca baixar documentos anexados ou clicar em links suspeitos.

Por fim, o STF não utiliza e-mails ou mensagens para solicitar o cumprimento de obrigações financeiras nem cobra qualquer tipo de pagamento de multas ou obrigações financeiras por meio desses canais.

Como agir em caso de suspeita

Em caso de dúvidas e denúncias, entre em contato com o STF, por meio da [página da Ouvidoria acessível aqui](#).



Fonte: STF